

JUSTIFICATIVA
PL 0042/2013

O presente projeto de lei visa adotar medidas de renúncia de receita, isentando do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) as entidades e organizações que desempenham, filantropicamente, atividades e ações sociais, propiciando a respectiva sobrevivência, focando o equilíbrio sócio municipal.

É sabido que as instituições sociais que desempenham atividades filantrópicas são parceiras do Poder Público, já que exercem atividades de competência deste. Neste entendimento, nada mais justo do que receber auxílios financeiros, seja por convênios ou renúncias fiscais.

Na propositura em análise, busca-se a renúncia fiscal, precisamente, a isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano. Se entendermos que as entidades não conveniadas prestam serviços públicos auxiliando o Poder Público nas atividades afins, há de se entender imprescindível o pleito, senão, em prática análise, qual seria a lógica de recolher tributos para si mesmo?

Ressalta-se que os convênios com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social preveem o custeio do Aluguel e IPTU, no entanto, os reajustes repassados por esta pasta, em geral, não acompanham o índice de reajuste dos aluguéis (IGPM) o que, via de regra, gera um ônus a mais para a organização conveniada. Hoje, várias organizações não têm imóvel próprio para sediar suas atividades, ou seja, as organizações que conseguem criar e manter uma sede administrativa, em sua maioria, localizam-se em imóveis alugados.

Ademais, esta renúncia fiscal pode colaborar e viabilizar atividades administrativas mais eficazes e, ainda, somar na busca contínua da profissionalização do 3º Setor, principalmente, na área de Assistência Social.

É fato que a grande dificuldade na concessão destes benefícios é a garantia de que todas as entidades beneficiadas encontrem-se, efetivamente, em exercício; no entanto, não podemos deixar de legislar pelos maus, pelo contrário, o Poder Público deve desenvolver ações e métodos fiscalizatórios, anuais, a começar pelo proposto no texto deste projeto, e outros que entenderem pertinentes.

Assim, diante da problemática apresentada, da medida preventiva sugerida, da importância, oportunidade e relevância da iniciativa, solicito aos meus pares sua aprovação desta propositura.